

## **APRESENTAÇÃO**

A coletânea traz um conjunto de reflexões promovidas por integrantes da Linha 3, *Formação Humana, Políticas e Práxis Sociais*, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Viçosa. Retrata diversos temas resultantes de pesquisas elaboradas ao longo dos últimos anos, buscando problematizar a formação humana e as políticas educacionais alinhadas com a perspectiva crítica das práticas sociais investigadas.

Vivemos em um período conturbado econômica, política e socialmente em todo o planeta, tendo repercussões nas diversas dimensões da formação humana. É um tempo em que forças contrárias se embatem na disputa de ao menos dois grandes projetos civilizatórios: um de destruição das formas sociais produzidas pela modernidade, com foco na desestruturação das políticas sociais, ambientais, econômicas e da vivência coletiva; a segunda, na afirmação dos valores da democracia, autonomia e organização popular com vistas na formação humana integral.

As expressões aparentes do embate entre os projetos de civilização surgem como crise do Estado, da educação, da política, dos valores e do cotidiano. No entanto, as razões mais profundas remontam às escolhas pelo neoliberalismo a partir da década de 1970 como forma e organização da reprodução da vida humana e meio de manutenção das estruturas de desigualdades e de poderes que sustentam o capitalismo.

Após a segunda grande guerra, passamos por um processo de reorganização da hegemonia, tendo os Estados Unidos da América (EUA) como liderança mundial, ancorado por instrumentos e acordos construídos entre as diversas nações, tais como o acordo de Bretton Woods, criação do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. O alinhamento e a reconfiguração dos fluxos de capitais, produção, crescimento e desenvolvimento econômico passam a vigorar sob os interesses dos norte-americanos. Para a afirmação da nova hegemonia, os EUA lançaram mão de todas as estratégias de controle

e coerção necessárias para a afirmação dos seus interesses. Na América Latina, uma série de golpes de estado foram patrocinados por agências de inteligência, desestabilizando governos legitimamente eleitos, substituídos por governos submissos e repressivos. Os resultados foram o empobrecimento, a desindustrialização e a reprodução de mecanismos ideológicos para o fortalecimento de uma política externa de submissão nos países latino-americanos.

Os valores fundamentais presentes na nova hegemonia perpassaram a formação cultural dos países latino-americanos em modo de consensos passivos, expressos no controle sobre as identidades dos povos, no cerceamento a projetos de desenvolvimento que levassem à autonomia, na reprodução da política para a apropriação das riquezas pelos grupos dominantes externos e internos, no aprofundamento das desigualdades sociais e, no desencorajamento à organização coletiva autóctone.

Para o Brasil, as últimas décadas têm apresentado, de um lado, o poder das classes dominantes internas aliadas a projetos de subserviência, mas também a resistência de um povo que vem se levantando em busca da construção de sua identidade por meio de lutas sociais. O primeiro grande embate se deu com os governos militares no enfrentamento ao autoritarismo e na reorganização das forças subalternas articuladas em movimentos pela recuperação da democracia. Um dos resultados foi a construção da Constituição Federal de 1988 que, com todos os limites, conseguiu avançar em uma série de elementos civilizatórios, incluindo a criação de marcos educacionais que seriam posteriormente estruturados na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) n. 9.394, de 1996.

Essa coletânea nos permite refletir sobre a educação brasileira, sua condição de mediação crítica e construtiva de autonomia, diante da história de um país pensada para a subserviência. Os artigos aqui propostos trazem investigações articulando temáticas da educação com

diversas práxis sociais. Assim como defende Gramsci (1975)<sup>1</sup>, a educação de uma sociedade superior deve ter o poder de criticar as filosofias e distopias individuais, levando-a a uma compreensão integral de mundo, isto é, à filosofia da práxis, que tem por finalidade a educação pública e de massa: “se ela afirma a exigência do contato entre os intelectuais e os simples, não é para limitar a atividade e para manter uma unidade no nível inferior das massas”, mas ao contrário, o objetivo é “forjar um bloco intelectual-moral que torne politicamente possível o progresso intelectual de massa e não somente de pequenos grupos intelectuais” (Q11, §12, p. 1384-5). Por isso, a educação prescinde de rigor e disciplina para a superação do espontaneísmo e do libertarismo, convertendo-se em disciplina crítica, capaz de interpretar e mudar a educação circunstanciada nos limites do capital.

A educação é aqui defendida como um projeto que busca a autonomia e o desenvolvimento nos níveis mais elevados de formação humana, relatando investigações sobre aspectos das políticas educacionais de agências internacionais, vivências e experiências de pesquisadores e grupos comunitários com novas metodologias e pedagogias, estudos sobre o novo ensino médio, artes e educação, arte e trabalhadores, redes sociais e o paradigma da dádiva.

A seguir apresentamos uma breve síntese de cada capítulo: os autores Cecília Carmanini de Mello, Joana D’Arc Germano Hollerbach, Evelyn Freire Silva e André Randazzo Ortega com o capítulo **Banco Interamericano de Desenvolvimento: busca por desenvolvimento ou manutenção da subordinação ao capital internacional?** investigam o surgimento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), fundado em 1959, com sua estrutura baseada no Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), um dos componentes do Grupo Banco Mundial. O Banco foi fundado como uma parceria entre países da América Latina e Caribe e os

---

<sup>1</sup> GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*. Edizione critica dell’ Instituto Gramsci a cura de Valentino Gerratana, Torino: Einaudi, 1975. Edizione Eletronica a cura dell’ Internaciona Gramsci Society.

Estados Unidos. O BID é uma organização de gestão, tendo como principais finalidades a cooperação financeira e o desenvolvimento dos Estados-Membros. Nessa classificação também estão incluídos o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). A ação do BID está condicionada aos interesses internacionais, dos grandes centros capitalistas, especialmente dos EUA. A margem de desenvolvimento latino-americano é aquela permitida pela conjuntura externa, sendo o BID um operador do capital que garante a reprodução do capitalismo neoliberal, tendo solo fértil nas políticas brasileiras.

Os autores Daiane Cenachi Barcelos, Sara Ferreira Almeida, Márcio Gomes da Silva e Marizete Andrade, com o capítulo **Mediações pedagógicas para o ensino contextualizado na licenciatura em educação do campo da Universidade Federal de Viçosa**, analisam a experiência formativa da Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Viçosa (Licena/UFV), desenvolvida há mais de uma década, enraizada em uma concepção pedagógica que busca dialogar com a complexidade da realidade agrária, especialmente da Zona da Mata Mineira. Ainda que atravessada por contradições e limites, essa proposta formativa, no plano político, tem como centralidade o fortalecimento das organizações vinculadas à luta pela terra e pela humanização de quem vive e trabalha no campo. No plano pedagógico, tensiona a natureza e a finalidade das práticas tradicionais de ensino, ao buscar superá-las por meio da promoção da unidade entre teoria e prática, realizada pelo permanente diálogo entre universidade e comunidade. Em ambas as esferas destacadas, o Programa de Estudo Temático (PET) e o Acompanhamento de Tempo Comunidade (ATC) constituem-se como mediações pedagógicas que, até então, desempenham um papel importante na efetivação do processo formativo.

Os autores Cezar Luiz De Mari e Sandra Cristina Gomes, no capítulo **Educação do campo como território de resistência: a luta da comunidade do paraíso por uma escola viva e popular**", trazem reflexões resultantes de investigação de caso sobre a luta da Comunidade do Paraíso, situada no município de Viçosa/MG, pela

permanência e valorização da Escola Municipal Almiro Paraíso. A experiência descrita representa um exemplo de resistência popular frente às tentativas de desmonte de políticas públicas voltadas para a educação do campo. O conteúdo do capítulo visa oferecer subsídios teóricos, metodológicos e políticos para educadores, pesquisadores e gestores que atuam com a educação do campo e movimentos sociais.

Os autores Daiane Cenachi Barcelos, Sara Ferreira de Almeida e Valter Machado da Fonseca, no capítulo **Temas geradores e ensino superior: contribuições em busca de inéditos viáveis**, apresentam as reflexões da pesquisa de mestrado em educação, intitulada *Temas Geradores e formação de educadores(as) na Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza da UFV: desafios na construção de inéditos viáveis*, finalizada em 2024. O objetivo da pesquisa foi compreender como o processo de construção de temas geradores, emergentes das realidades dos estudantes, contribui para suas formações. O capítulo conclui que os Temas Geradores na formação docente do ensino superior, com base na experiência vivida na Licena/UFV evidenciam que, quando a universidade se abre ao diálogo com os territórios e valoriza os saberes populares, possibilita-se construir processos formativos mais humanos, contextualizados e comprometidos com a transformação social.

Os autores André Randazzo Ortega, Joana D'Arc Germano Hollerbach, Cecília Carmanini de Mello e Evelyn Freire da Silva, no capítulo **A reforma do ensino médio nas redes estaduais de ensino: um levantamento preliminar**, tratam da reforma do Ensino Médio ou Novo Ensino Médio no Brasil, ancorada na Lei nº 13.415/2017, aprovada em um contexto de crise econômica e instabilidade política no país. A reforma trouxe, entre outras determinações, duas medidas de grande impacto: a primeira na Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI). Já a segunda propôs a reformulação curricular do Ensino Médio a partir da divisão da carga horária, que destina 60% das horas totais da formação dos estudantes dedicadas ao conteúdo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada pelo Ministério da Educação em 2018. Os 40% restantes são preenchidos por até cinco

itinerários formativos, a depender da escolha definida nas unidades estaduais. Além disso, a política não dialogou com os sujeitos da educação que atuam na área, mas incorporou o setor privado como parceiro preferencial no processo da elaboração e da implementação da Lei nº 13.415/2017.

Os autores Camila Martins Januário de Freitas, Carmen Lucia Ferreira Silva e Valter Machado da Fonseca, no capítulo **Os eventos científicos com espaços infantis - oportunidade de inclusão de mulheres-mães-cientistas'**, apresentam reflexões alcançadas a partir da sistematização de ideias, desdobradas de um levantamento bibliográfico em uma perspectiva crítica do cenário feminino nos espaços acadêmicos. Visamos assim contribuir para fomentar os estudos de gênero nos espaços científicos, além de políticas públicas voltadas para reforçar a garantia de direitos. Por conseguinte, o texto ressalta a importância de esses espaços serem cada vez mais inclusivos em toda sua abrangência, para que cada vez mais, mulheres e homens garantam o acesso e a permanência na educação, pensando também na democratização do ensino superior.

Os autores Ana Maria Haddad Bernardino de Amorim, Valter Machado da Fonseca e Carmem Lucia Ferreira Silva, no capítulo **Educação e artes em espaços não formais de ensino-aprendizagem: desafios e novas possibilidades metodológicas para o ensino de ciências**, apresentam uma pesquisa originada da criação do Núcleo de Pesquisas Educação e Artes em Diferentes Espaços (NUPEADE), alocado no Departamento de Educação da UFV, durante dois minicursos elaborados e desenvolvidos pelos autores. O início do grupo, a partir de um trabalho de extensão, avançou também em pesquisas educacionais abordando novas práticas pedagógicas com intencionalidade e real significação. O componente artístico foi um aporte importante para fomentar tais práticas, bem como a compreensão teórica e prática dos espaços não formais de aprendizagem como ambientes de verdadeira criação de sentido e problematização para o processo educacional. O texto conclui que os desafios e obstáculos colocados para a construção de uma educação de

qualidade e socialmente referenciada demandam caminhos novos, sobretudo a busca de outros paradigmas capazes de gerar metodologias que visem dinamizar e fortalecer o processo de ensino-aprendizagem.

Os autores Vanessa Maria Gonçalves e Luciano Rodrigues Costa, no capítulo "**Arte, trabalho e indústria na primeira metade do século XX: a trajetória artística de Eugênio de Proença Sigaud**", refletem sobre a trajetória artística de Eugenio Sigaud (1979) e sua representação do mundo industrial urbano na primeira metade do século XX no Brasil. No caso específico da representação das atividades de trabalho e do cotidiano dos trabalhadores, esta manifestação não se inicia no chamado Modernismo Brasileiro. A missão artística francesa no início do século XIX, com destaque para Jean-Baptiste Debret (1768-1848), já retratava o trabalho dos escravizados e o cotidiano no Rio de Janeiro, e inspirava artistas locais. O tema do trabalho foi uma constante no século XIX entre pintores brasileiros influenciados por pintores imigrantes, em sua maioria, italianos. São várias as representações dos ofícios rurais, com destaque para técnicas artesanais dos campões nos ambientes rústicos das fazendas.

Os autores Carlos Fernando Ribeiro de Souza e Cesar Luiz De Mari, no capítulo **Instagram e a fábrica de senso comum: dissonância cognitiva, verdade e formação humana na era das redes**, analisam evidências sobre a operação do Instagram como espaço de formação simbólica e subjetiva no cotidiano das pessoas. Seus vídeos curtos, altamente envolventes e emotivos, funcionam como narrativas condensadas, que disputam sentidos, reforçam crenças e mobilizam sentimentos. Muito além de uma plataforma de entretenimento, o Instagram é hoje, uma possibilidade pedagógica não formal, onde discursos são formados, legitimidades são construídas, ideologias se desenvolvem disputando consciências, muitas vezes sob a aparência de neutralidade, informalidade ou “simples opinião”. O capítulo apresenta ainda a necessidade da regulação das redes sociais como mecanismo de proteção dos usuários, responsabilizando as plataformas sobre os conteúdos postados. Essa discussão esbarra em

uma série de resistências das *Big Techs*, permitindo a reprodução de toda forma de conteúdo que possa gerar engajamento e retorno financeiro.

Finalizando esta coletânea, o autor Luciano Rodrigues Costa propõe o capítulo **O paradigma da dádiva e sua perenidade na sociedade contemporânea**, no qual sistematiza as principais características do paradigma da dádiva, centrado na reciprocidade das relações sociais e econômicas, estudado por Marcel Mauss (1974, 1998), buscando conexões com novos estudos realizados em ciências sociais, sobretudo com a Sociologia da Vida Econômica, tal como desenvolvida por Mark Granovetter (1992). Estudiosos do paradigma da dádiva, especialmente alguns cientistas sociais franceses que se reuniram, já há alguns anos, em torno da revista MAUSS (Movimento Antiutilitarista nas Ciências Sociais), defendem a perspectiva da dádiva como o paradigma mais abrangente das ciências sociais. Este paradigma se coloca em contraposição aos dois paradigmas mais difundidos nas ciências sociais, a saber, o individualismo metodológico e o holismo.

Sendo assim, aguardamos que o leitor tenha a oportunidade de acesso a um conjunto de práxis investigadas e relatadas nos capítulos desta coletânea para refletir sobre a necessidade de uma educação contextualizada, pública como chaves para a formação humana integral.

Agradecemos o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFV), do Departamento de Educação (DPE/UFV) na viabilização desta coletânea. Estendemos nossos agradecimentos a todos os participantes, docentes e professores da Linha 3 do PPGE, que elaboraram suas contribuições permitindo a externalização das análises e discussões para o grande público.

*Cezar Luiç De Mari - UFV*  
Setembro de 2025